



Santa Maria Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF 12.053.787/0001-39

Inscrição Estadual 20.285.546-5

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rodovia CE 021, KM 08, s/nº, sala 02, Distrito Industrial – Maracanaú - CE,
CEP 61939-906

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2016

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional.....	10
2 Base de Preparação.....	10
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	17
5 Títulos e Valores Mobiliários	18
6 Clientes	18
7 Transações com Partes Relacionadas	18
8 Imobilizado.....	19
9 Fornecedores	19
10 Empréstimos e Financiamentos	20
11 Patrimônio Líquido	21
12 Receita Operacional Líquida	21
13 Custos e Despesas Operacionais	22
14 Resultado Financeiro	22
15 Imposto de Renda e Contribuição Social.....	22
16 Instrumentos Financeiros	23
17 Demandas Judiciais	25
18 Seguros	25
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	27
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO	30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**AOS ACIONISTAS**

A administração da Santa Maria Energias Renováveis S.A. (Santa Maria ou Companhia), Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Santa Maria, localizada no Município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte, sagrou-se vencedora no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 18.08.2011, conforme o Edital de Leilão nº 03/2011-Aneel

A energia de Santa Maria foi comercializada por meio de Contratos de Energia de Reserva - CERs, por 20 anos a partir de 1º.07.2014, ao preço médio de R\$ 101,98/MWh, data-base agosto de 2011, atualizado anualmente pelo IPCA.

As unidades geradoras de Santa Maria entraram em operação comercial em 23.04.2015, conforme disposto no Despacho Aneel nº 1.174, de 22.04.2015.

Complexo Eólico	Leilão ¹	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWméd)	Geração (GWh)	Preço ²	Vencimento da Autorização
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	4º LER (18/08/2011)	29,7	15,7	117,9	145,94	07.05.2047

¹LFA - Leilão de Fontes Alternativas/ LER - Leilão de Energia de Reserva.

² Preço atualizado até dezembro/2016.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2016	2015	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	140.008	139.702	0,2
Caixa e equivalentes de caixa	33.949	11.798	187,8
Dívida total	54.734	57.789	(5,3)
Dívida líquida	20.785	45.991	(54,8)
Receita operacional bruta	14.993	12.563	19,3
Deduções da receita	547	459	19,2
Receita operacional líquida	14.446	12.104	19,3
Custos e despesas operacionais	10.204	6.437	58,5
Resultado das atividades	4.242	5.667	(25,1)
EBITDA ou LAJIDA	8.750	8.870	(1,4)
Resultado financeiro	(955)	(3.020)	(68,4)
IRPJ/CSSL	1.621	974	66,4
Lucro operacional	3.287	2.647	24,2
Lucro líquido do exercício	1.666	1.673	(0,4)
Patrimônio líquido	64.902	63.632	2,0
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,5	0,7	124,4
Liquidez geral (índice)	0,5	0,5	14,6
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	60,6	73,3	(17,3)
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	84,3	90,8	(7,1)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	22,8	21,9	4,0
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	11,5	13,8	(16,6)
Participação de capital de terceiros (%)	53,6	54,5	(1,5)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	2,6	7,5	(64,9)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 12 de abril de 2017

Pedro dos Santos Lima Guerra

Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente LUÍS GUSTAVO SOCHER
Membros ELOIR JOAKINSON JUNIOR
PEDRO DOS SANTOS LIMA GUERRA

CONSELHO FISCAL

Presidente JOÃO ALBERTO DA SILVA
Membros Titulares LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
DEONILSON ROLDO

Membros Suplentes NORBERTO ORTIGARA
HEITOR DANTAS FILHO
RICARDO VIDINICH

DIRETORIA

Diretor Presidente PEDRO DOS SANTOS LIMA GUERRA
Diretor de Gestão JAMAR ROSSONI CLIVATTI
Diretor de Finanças EVANDRO JORGE DOMINSKI

CONTADOR

CRC-PR-048673/O-6 ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.949	11.798
Títulos e valores mobiliários	5	-	2.170
Clientes	6	1.422	1.296
Adiantamento a fornecedores		17	7
Imposto de renda e contribuição social		609	-
Outros tributos a recuperar		8	5
		36.005	15.276
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários		4.250	-
Partes relacionadas	7	2	20.317
		4.252	20.317
Imobilizado	8	99.751	104.109
		104.003	124.426
TOTAL DO ATIVO		140.008	139.702

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	7	1.822	1.253
Fornecedores	9	16.574	16.278
Imposto de renda e contribuição social		280	223
Outras obrigações fiscais		110	166
Empréstimos e financiamentos	10	3.893	3.979
Dividendos a pagar	7	582	186
Outras contas a pagar		-	64
		23.261	22.149
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	7	3	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.001	111
Empréstimos e financiamentos	10	50.841	53.810
		51.845	53.921
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11.1	61.361	61.361
Reserva legal	11.2	206	123
Reserva de retenção de lucros	11.2	2.148	2.148
Dividendo adicional proposto	11.3	1.187	-
		64.902	63.632
TOTAL DO PASSIVO		140.008	139.702

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	14.446	12.104
Custos Operacionais	13	(7.468)	(5.044)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		6.978	7.060
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(2.614)	(1.393)
Outras despesas operacionais	13	(122)	-
		(2.736)	(1.393)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		4.242	5.667
Resultado Financeiro	14		
Receitas financeiras		4.274	2.813
Despesas financeiras		(5.229)	(5.833)
		(955)	(3.020)
LUCRO OPERACIONAL		3.287	2.647
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15		
Imposto de renda e contribuição social		(731)	(1.238)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(890)	264
		(1.621)	(974)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.666	1.673

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
em milhares de reais

	31.12.2016	31.12.2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.666	1.673
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.666	1.673

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	21.820	-	39	559	-	-	22.418
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	24.902	-	-	-	-	24.902
Aumento de capital	39.541	(24.902)	-	-	-	-	14.639
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.673	1.673
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	-	-	84	-	-	(84)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.589	-	(1.589)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	61.361	-	123	2.148	-	-	63.632
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.666	1.666
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	-	-	83	-	-	(83)	-
Dividendos	-	-	-	-	1.187	(1.583)	(396)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	61.361	-	206	2.148	1.187	-	64.902

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		1.666	1.673
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais			
Variações monetárias não realizadas - líquidas	10.1	5.071	5.456
Imposto de renda e contribuição social	16	731	1.238
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	890	(264)
Depreciação e amortização	8	4.508	3.203
		12.866	11.306
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(126)	(1.296)
Outros créditos		(10)	-
Imposto de renda e contribuição social		(609)	247
Outros tributos a recuperar		(3)	(5)
Despesas antecipadas		-	10
		(748)	(1.044)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		569	-
Fornecedores		296	(13.621)
Outras obrigações fiscais		(56)	146
Outras contas a pagar		(64)	64
		745	(13.411)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(674)	(1.015)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.1	(4.337)	(586)
Encargos de debêntures pagos		-	(8.991)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		7.852	(13.741)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(2.080)	(2.069)
Créditos recebidos (concedidos) de/para partes relacionadas		20.315	(12.358)
Aquisições de imobilizado	8	(150)	(1.873)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		18.085	(16.300)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de empréstimos e financiamentos	10.1	-	59.462
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	10.1	(3.789)	(626)
Amortização de principal de debêntures		-	(50.000)
Ingressos de obrigações com partes relacionadas		3	1.253
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(3.786)	10.089
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		22.151	(19.952)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	11.798	31.750
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	33.949	11.798
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		22.151	(19.952)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Santa Maria Energias Renováveis S.A. (Companhia) com sede na Rodovia CE 021, Km 08, s/nº, sala 02, Distrito Industrial, Maracanaú, Estado do Ceará, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. Tem como objeto social a geração de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produtor independente de energia, e a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria relacionados à geração de energias alternativas.

A Central Geradora Eólica EOL SM é constituída de onze unidades geradoras de 2,7 MW, totalizando 29,7 MW de capacidade instalada e 16.0 MW médios de garantia física de energia, localizada no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

Em 1º.07.2014, a Companhia firmou Contrato de Energia de Reserva - CER na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar da entrada em operação, ao preço de R\$ 101,98/MWh, data-base agosto de 2011, que atualizado pelo IPCA é de R\$ 145,94/MWh.

A entrada em operação comercial da central geradora foi em abril de 2015 e a data de vencimento da autorização é 07.05.2047.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (*BR GAAP*), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12.04.2017.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros; e
- NE nº 3.7 - Arrendamentos.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado;
- NE nº 3.3 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NE nº 3.4 - Provisões;
- NE nº 3.5 - Receita não faturada;
- NE nº 3.5 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NE nº 3.6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros

3.1.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

Passivos Financeiros

3.1.3 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.3.1 Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

3.4 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja mais provável que sim do que não ocorrer.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.5 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

A Receita não faturada corresponde a estimativa com base nos preços e montantes contratados e a estimativa na liquidação da energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

3.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF).

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.7 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

3.8 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2016. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada.

As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir:

3.8.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange as modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge.

Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Adicionalmente, como a Companhia não aplicou a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico. Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, a Companhia está avaliando os eventuais impactos da adoção desta norma.

3.8.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que tendem a não ser relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.8.3 IFRS 16 - Arrendamentos

Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

3.8.4 Alterações ao IAS 12 / CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas

Emitidas em 19.01.2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática.

As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.8.5 Alterações ao IAS 7 / CPC 03 - Iniciativa de divulgação

Emitidas em 29.01.2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento.

Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações.

O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Salaria também que as novas exigências de divulgação referem-se similarmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações indicam que as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos.

As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.8.6 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira.

O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC a Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.8.7 Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento

Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não possui Propriedade de investimento, portanto não haverá impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e bancos conta movimento	64	34
Aplicações financeiras de liquidez imediata	33.885	11.764
	33.949	11.798

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas, entre 100,0% e 100,8% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Corresponde às aplicações financeiras em fundos de investimento de longo prazo mantidas como reserva especial, classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado com rentabilidade de 13,50% a.a.

Os recursos são vinculados às debêntures financiamento mantidas pelas Companhia controladas junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para garantir a operação.

6 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2016	31.12.2015
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica - faturado	-	70	229	299	-
Suprimento de energia elétrica - não faturado	1.123	-	-	1.123	1.296
	1.123	70	229	1.422	1.296

Os valores vencidos há mais de 90 dias referem-se às operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sem risco de crédito.

7 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2016	31.12.2015
Entidades sob controle comum		
Ativo não circulante - Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. (a)	-	3.650
- Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (a)	-	3.650
- Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (b)	-	5.334
- Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A. (c)	-	7.683
- Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A. (d)	1	-
- Santa Helena Energias Renováveis S.A. (d)	1	-
Passivo circulante - Copel Renováveis S.A. (e)	1.822	1.253
Passivo não circulante - Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. (d)	3	-
Controladora - Copel Geração e Transmissão		
Passivo circulante - Dividendos	582	186

a) Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referentes aos custos incorridos na fase de construção.

- b) Em 30.09.2015, foi assinado contrato de mútuo entre a Santa Maria Energias Renováveis S.A. (mutuante) e a Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (mutuária), no valor de R\$ 5.000, com prazo de 2 anos e remuneração de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, acrescido de um spread de 1,45%, com o objetivo de proporcionar capital de giro para o financiamento das atividades e negócios da mutuária. Em 2016, foi registrada receita financeira no valor de R\$ 59 (R\$ 286 em 2015). O mútuo foi quitado em 29.01.2016.
- c) Em 30.09.2015, foi assinado contrato de mútuo entre a Santa Maria Energias Renováveis S.A. (mutuante) e a Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A. (mutuária), no valor de R\$ 7.000, com prazo de 2 anos e remuneração de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, acrescido de um spread de 1,45%, com o objetivo de proporcionar capital de giro para o financiamento das atividades e negócios da mutuária. Em 2016, foi registrada receita financeira no valor de R\$ 654 (R\$ 594 em 2015).
- d) Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referente a adiantamentos e/ou pagamentos incorridos em 2016, os quais serão ressarcidos em 2017.
- e) Em 2015 e 2016, a Companhia registrou gastos com atividades corporativas concentradas na Copel Renováveis S.A., entidade sob controle comum, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes.

A Copel concedeu fiança em empréstimos e financiamentos da Companhia, conforme NE nº 10.

A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e tão pouco tem planos de benefícios de longo prazo.

8 Imobilizado

	Saldo em 1º.01.2015	Adições	Depreciação (a)	Transferências	Saldo em 31.12.2015	Adições	Depreciação (a)	Saldo em 31.12.2016
Em serviço								
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	(166)	5.283	5.117	-	(222)	4.895
Máquinas e Equipamentos	-	-	(3.037)	102.029	98.992	-	(4.286)	94.706
	-	-	(3.203)	107.312	104.109	-	(4.508)	99.601
Em curso								
Adiantamento a fornecedores (a)	5.283	(5.278)	-	(5)	-	-	-	-
Obras em andamento	100.161	7.151	-	(107.312)	-	150	-	150
	105.444	1.873	-	(107.317)	-	150	-	150
Total	105.444				104.109			99.751

(a) Taxa média de depreciação de 3,85 % (4,40 % em 2015)

(b) O saldo remanescente foi transferido para o ativo circulante em 2015.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2016 e em 2015.

9 Fornecedores

O saldo com fornecedores refere-se a compra de materiais e serviços contratados para a construção do parque eólico.

10 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento	Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31.12.2016	31.12.2015	
			final					
BNDES - 14212711	01.06.2015	192	15.08.2031	1,66% a.a. acima da TJLP	59.462	54.734	57.789	
						Circulante	3.893	3.979
						Não circulante	50.841	53.810

Destinação: Construção e implantação de central geradora eólica.

Garantias: Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

10.1 Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2015	-	-	-
Ingressos	-	59.462	59.462
Encargos	845	(1.306)	(461)
Transferências	4.346	(4.346)	-
Amortização - principal	(626)	-	(626)
Pagamento - encargos	(586)	-	(586)
Em 31.12.2015	3.979	53.810	57.789
Encargos	4.343	728	5.071
Transferências	3.697	(3.697)	-
Amortização - principal	(3.789)	-	(3.789)
Pagamento - encargos	(4.337)	-	(4.337)
Em 31.12.2016	3.893	50.841	54.734

10.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2018	4.040
2019	4.040
2020	4.040
2021	4.040
2022	4.040
Após 2022	30.641
	50.841

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tal como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2016, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.

Abaixo está apresentado o *covenant* financeiro presente nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Instrumento Contratual	Indicador Financeiros	Limite
BNDES Financiamento a empreendimentos - Finem nº 14212711	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

11 Patrimônio Líquido

11.1 Capital social

O capital social integralizado, em 31.12.2016 monta a R\$ 61.361 (R\$ 61.631, em 31.12.2015), composto por 61.361.000 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

Em 12.11.2015, a Companhia foi transferida, por aumento de Capital, da Companhia Paranaense de Energia para a Copel Geração e Transmissão S.A.

11.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

11.3 Dividendo adicional proposto

	31.12.2016	31.12.2015
(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)		
Lucro líquido do exercício	1.666	1.673
Reserva legal (5%)	(83)	-
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	1.583	-
	396	-
(2) Dividendos propostos	1.583	-
(3) Dividendo adicional proposto (2-1)	1.187	-

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício.

12 Receita Operacional Líquida

	31.12.2016	31.12.2015
Receita Bruta	14.993	12.563
(-) PIS/Pasep e Cofins	(547)	(459)
Receita Líquida	14.446	12.104

13 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2016	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	31.12.2015
Energia elétrica comprada para revenda	(15)	-	-	(15)	-	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	(2.127)	-	-	(2.127)	(1.543)	-	(1.543)
Pessoal e administradores	(420)	(692)	-	(1.112)	-	(948)	(948)
Planos previdenciário e assistencial	(90)	(120)	-	(210)	-	(112)	(112)
Material	(1)	(13)	-	(14)	-	(6)	(6)
Serviços de terceiros	(294)	(940)	-	(1.234)	(160)	(247)	(407)
Depreciação e amortização	(4.507)	(1)	-	(4.508)	(3.203)	-	(3.203)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	(122)	(122)	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis (a)	(14)	(427)	-	(441)	(138)	-	(138)
Outros custos e despesas operacionais	-	(421)	-	(421)	-	(80)	(80)
	(7.468)	(2.614)	(122)	(10.204)	(5.044)	(1.393)	(6.437)

- a) A Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação a Companhia efetuou pagamentos pré-determinados. Após a entrada em operação passou a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

14 Resultado Financeiro

	31.12.2016	31.12.2015
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	3.484	1.797
Outras receitas financeiras	790	1.016
	4.274	2.813
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	4.977	5.345
Tarifas bancárias	74	326
Outras despesas financeiras	178	162
	5.229	5.833
Líquido	(955)	(3.020)

15 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Receitas com venda de energia	14.993	12.563
Recontabilização CCCEE	(30)	-
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados	865	2.575
(-) IOF	-	-
Base de cálculo IRPJ 8%	2.062	3.580
Base de cálculo CSLL 12%	2.661	4.083
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	549	904
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	182	334
Imposto de renda e contribuição social	731	1.238
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Receita financeira provisionada	2.945	326
Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%	1.001	111
Reversão de provisão de IRPJ e CS sobre a receita financeira	(111)	(375)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	890	(264)

16 Instrumentos Financeiros

16.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	33.949	33.949	11.798	11.798
Empréstimos e recebíveis						
Clientes (a)	6		1.422	1.422	-	-
Valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	4.250	4.250	2.170	2.170
Total dos ativos financeiros			39.621	39.621	13.968	13.968
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)	9		16.574	16.574	16.278	16.278
Empréstimos e financiamentos (c)	10		54.734	45.246	-	-
Total dos passivos financeiros			71.308	61.820	16.278	16.278

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 124% do CDI para desconto do fluxo de pagamento esperado.

16.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

16.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e equivalentes de caixa	33.949	11.798
Clientes	1.422	-
Títulos e valores mobiliários	4.250	2.170
	39.621	13.968

A Companhia administra o risco de crédito sobre Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

16.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2018, repetem-se os indicadores de 2017 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação.

	Juros	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2016							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	557	1.401	6.435	28.465	49.807	86.665
Fornecedores	-	-	73	16.501	-	-	16.574
		557	1.474	22.936	28.465	49.807	103.239
31.12.2015							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	1.064	2.115	9.229	41.843	57.194	111.445
Fornecedores	-	-	-	16.278	-	-	16.278
		1.064	2.115	25.507	41.843	57.194	127.723

Conforme divulgado na NE nº 10.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

16.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2016 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic - 9,00%, TJPL - 7,50% e IPCA - 4,15%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2017 do Relatório Focus do Bacen de 17.03.2017.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2016	Cenários projetados - dez.2016		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	4.250	383	287	191
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Alta CDI	(54.734)	(4.105)	(5.134)	(6.158)

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2016, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

17 Demandas Judiciais

A Administração, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia os processos em que é parte envolvida e constitui provisão para os processos passivos em que a probabilidade de perda é provável. Em 31.12.2016 não existem processos com riscos prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

18 Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2018	81.478
Garantia de Pagamento - Extremoz (b)	16.11.2017	786
Seguro de Riscos Operacionais (c)	29.12.2017	102.109
Seguro de Responsabilidade Civil Geral (d)	29.12.2017	20.000

a) Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores - D&O

Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - *Directors & Officers*, com abrangência em todo território nacional e no exterior, contratado pela Companhia.

A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro dos seus atos regulares de gestão.

Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Copel e pessoas indicadas pela Copel para ocupar cargos equivalentes nas empresas subsidiárias e controladas.

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2016, de R\$ 3,2591.

b) Garantia Financeira

Garante as obrigações de pagamento assumidas pela Companhia nos contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmados com a Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. O seguro de garantia contratado possui como avalista a Copel.

c) Riscos Operacionais

Apólice contratada tipo *all risks* (cobertura de todos os riscos legalmente seguráveis) para os equipamentos em operação no Parque Eólico.

d) Responsabilidade Civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Santa Maria Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Maria Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 30 de março de 2016, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 12 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Os membros do Conselho Fiscal da SANTA MARIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 12 de abril de 2017

JOÃO ALBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho

DEONILSON ROLDO
Conselheiro

HEITOR DANTAS FILHO
Conselheiro